

Em busca de uma abordagem psicológica na análise dos novos movimentos sociais

Almir Del Prette

Faculdade de Filosofia e Letras de Ribeirão Preto, USP

Abstract. *In search of a psychological approach to the study of new social movements.* This paper discusses the possibility of a psychological approach to the study of social movements. Brief analyses are made considering questions suggested by sociological studies and related to empirical aspects pointed out by the New Social Movements (NSM). The conclusions supported the need and relevance of psychological studies in the area of social movements. In the absence of a broader theoretical perspective inside psychology about social movements it was also discussed the use of the available theories and the models chosen according to their contemporary and heuristic value. The theory of Social Identity is then introduced as one of such contributions.

Resumo. Este trabalho discute a possibilidade de uma abordagem psicológica no estudo dos movimentos sociais (MS). A partir de uma breve consideração sobre questões levantadas pelos estudos sociológicos e sobre características empíricas identificadas nos novos movimentos sociais (NMS), defende-se a pertinência e a demanda de estudos sobre esse objeto no âmbito da psicologia. Diante da ausência de um referencial teórico integrado sobre movimentos sociais nesta disciplina, propõe-se o encaminhamento da construção desse referencial a partir das teorias disponíveis selecionadas em função de critérios de atualidade e valor heurístico. A teoria da Identidade Social é apresentada e defendida como satisfazendo tais critérios.

O debate teórico sobre os movimentos sociais tornou-se mais intenso nas ciências sociais a partir dos anos 60. Essa efervescência nos meios acadêmicos derivou-se, principalmente, das tentativas de explicar as novas formas de ação coletiva nas sociedades capitalistas avançadas e os conflitos sociais, razoavelmente violentos, nas sociedades periféricas ou dependentes.

Dois tradições teóricas têm procurado, de maneira diferente, dar conta do fenômeno: a sociologia marxista e a sociologia funcionalista.

A primeira, em uma abordagem da análise marxista clássica, procura definir as condições das ações coletivas, detendo-se nas condições estruturais do sistema capitalista. Ao centrar sua análise na lógica do sistema, essa

abordagem subestimou os processos pelos quais as ações coletivas emergem, bem como as articulações de seus componentes mais unitários, os diversos grupos, previamente organizados ou que se organizam a partir da própria mobilização.

As ações que escapam à possibilidade de análise nesse modelo são desconsideradas ou entendidas em uma perspectiva de valor¹, supondo-se processos marginais ou possuidores de politização incipiente. Na tentativa de superar a crítica à exclusão, alguns autores, como por exemplo Gohn², qualificam tais ações como estágios prévios de lutas mais avançadas e supõem um evolucionismo da ação coletiva. Nesse evolucionismo, as ações fugazes e restritas representariam um estágio de pré-consciência de classe e reapa-

recerem e se aprofundariam nas ações mais abrangentes e, conseqüentemente, mais politizadas. Durham³ e Cardoso⁴ criticam a noção evolucionista. A primeira enfatiza que tais ações, tidas como pouco politizadas, teriam seu espaço próprio, diferente daquele ocupado tradicionalmente pelos movimentos sindicais e pelos partidos políticos. A segunda (p. 32) defende a necessidade de se demonstrar empiricamente que os "processos de desenvolvimento dos movimentos sociais seguem a mesma direção e produzem resultados semelhantes". Observa-se também uma insatisfação com o recorte usual dos movimentos sociais com base no paradigma da luta de classe que, todavia, segundo Cardoso⁴, não se complementou com a vertente culturalista, pois esta não aprofundou a análise da dinâmica entre grupos e valores nos movimentos.

Já a sociologia funcionalista tem tomado sob o mesmo rótulo diferentes tipos de ações coletivas que vão do pânico a uma revolução. De certa maneira, tais estudos, conforme Melucci, são limitados porque enfatizam a crença dos atores como elementos chave na explicação dos MS. Nessa perspectiva, a distinção entre diferentes tipos de ações seria explicada através dos "diferentes níveis de crença que mobilizam as respectivas ações"^{1:200}.

Nessa abordagem, a emergência da ação é sempre considerada como resultante de uma tensão que provoca o desequilíbrio do sistema social. Dessa tensão resultariam crenças generalizadas que se tornam a fonte de diferentes tipos de ações coletivas. Passado o período crítico de tensão, esvazia-se o processo coletivo e o sistema social retorna ao seu equilíbrio⁵. A análise dos teóricos dessa abordagem abstrai as relações de classe, o modo de produção e reprodução da força de trabalho e não aprofunda as questões relacionadas à apropriação ou à distribuição dos recursos gerados na sociedade.

O debate gerado pelas duas vertentes em sociologia sugere a necessidade de se superar as limitações dos modelos e enfiar, em nível teórico e empírico, os dados emergentes do fenômeno, "testando" as categorias usuais e/ou propondo novos conceitos analíticos.

Os novos movimentos sociais

Na América Latina, e mais precisamente no Brasil^{4,6,7}, os estudos dos MS ganharam certas especificidades, ainda que refletissem, em muitos aspectos, as tendências de análises mais globalizantes em voga nas sociedades européias.

A partir da década dos 70, com a entrada em cena do que se convencionou denominar de "novos atores sociais", os estudiosos esforçaram-se na tentativa de pesquisar e teorizar sobre o fenômeno.

As ações coletivas mais freqüentes se caracterizaram por exigir algum tipo de bem coletivo no espaço urbano e receberam denominações que se equivalem em seu significado: "luta popular", "lutas urbanas", "movimento de bairro", "movimento popular" etc. Essas categorias, em geral, referem-se⁸ a um conjunto de pessoas que se organizam através de ações coletivas no sentido *de e para* reivindicar direitos que sentem ter em comum. Esses movimentos situam-se na esfera da reprodução e do consumo, possuindo um caráter interclassista, com os seus integrantes reivindicando melhorias imediatas das condições de vida.

Mais recentemente, a partir da década dos 80, observou-se um processo crescente de autocritica à produção corrente no âmbito das ciências sociais. Diversos autores^{3,4,6,7,9-12}, em uma mesma ou em diferentes perspectivas, apontam as tendências dos estudos, criticam o uso de algumas categorias até então consideradas chaves e propõem novas premissas com o objetivo de superar as dificuldades de análise e pesquisa.

Não obstante as diversidades e divergências interpretativas em vários aspectos, os autores no campo das ciências sociais concordam que as ações coletivas mais recentes na história do país se apresentam com características que as diferem das anteriores. Essa distintividade tem sido designada genericamente pelo termo *novo*. Ao apresentarem a denominação de "novo", os estudos supõem características comuns em certos movimentos atuais que os diferenciam dos anteriores tomados como referência.

Dentre os diversos autores que procuraram identificar o caráter de novidade dos movimentos sociais podem ser apontados Gohn¹³, Boschi e Valladares¹⁴, Cardoso³, Jacobi¹⁵, Singer¹⁶, Scherer-Warren¹⁷, Telles¹⁸, Viola e Mainwaring¹⁹, os quais localizam o surgimento dos NMS (Novos Movimentos Sociais) no país, a partir de 1964, com a implantação do regime militar.

As características dos NMS, nos estudos das ciências sociais, são pouco descritivas para a perspectiva da psicologia. Algumas vezes estes são definidos com base na negação de características atribuídas aos movimentos sociais tradicionais (MST) e, além disso, o uso da denominação "novo", em oposição a "antigo" ou "tra-

dicional", permite supor uma ruptura onde a possibilidade de traços comuns é desconsiderada. Viola e Mainwaring¹⁹ deixam explícito que o uso desses termos não significa uma desvalorização política dos MST e sugerem, também, uma mesclagem de valores entre os "novos" e "antigos" movimentos sociais, limitando a oposição existente entre ambos ao campo da "orientação e da organização". Os "novos" apresentam relações internas de sentido comunitário e se propõem autônomos frente ao Estado e aos partidos políticos, enquanto "os antigos" se constituem em sujeição aos órgãos governamentais, com predominância de relações mais instrumentais.

As revisões da literatura empreendidas por Jacobi¹⁵ e Kowarick¹¹ não fazem referência a estudos comparativos entre NMS e MST ou de tipologia de suas principais características. Não obstante o aparente desinteresse pela descrição detalhada do caráter dos novos movimentos sociais, alguns autores fazem restrições ao uso das classificações em oposição às definições. Para Cardoso^{4,28}, as novidades dos MSU "são definidas por contraste e, com isso, em lugar de definir, apenas classifica dois campos distintos e opostos". Essa crítica parece remeter à necessidade de classificações a partir de descrições acuradas, o que poderia gerar definições com base nos atributos próprios de cada categoria.

Dois categorias têm sido utilizadas com mais frequência nos estudos das características dos NMS: a autonomia e o comunitarismo. Na perspectiva da psicologia a categoria autonomia parece sugerir um tipo de relação que ocorre entre um movimento e categorias externas, onde, de um lado, supõe-se uma tentativa de autopreservação (da organização, ideologia etc.) e, de outro, esforços de cooperação, influência, repressão, cooptação etc. Já a categoria comunitarismo parece indicar um conjunto de interações internas de um movimento, que se dá entre suas unidades componentes, os indivíduos e os grupos. Tais interações têm sido classificadas de "ajuda mútua", "amizade", "democrática" etc.

Os novos movimentos como objeto da psicologia

Uma análise de algumas reflexões sobre os estudos dos movimentos sociais urbanos, nas ciências sociais no país, identifica uma preocupação com o que se considerou "equivocos de análise" e com a existência de alguns aspectos não explorados no fenômeno.

Em termos de alguns aspectos possivelmente

relevantes, mas desconsiderados nos estudos empíricos, destacam-se a questão dos grupos e dos papéis que eles representam no interior do movimento^{4,14,20}; a formação de identidade coletiva como elemento de aglutinação^{3,4,9} e a subjetividade dos atores sociais^{3,11,12,22}. Tais aspectos se localizam²³ em um campo de intersecção entre as diversas disciplinas que estudam o fenômeno, mas que, dada a peculiaridade de seu nível de análise, não responde satisfatoriamente às questões pertinentes a esse campo. Sandoval²⁴ também chama a atenção para alguns pontos desconsiderados na análise sociológica como, por exemplo, a dinâmica interna dos movimentos, referindo-se a estes aspectos como hiatos na análise e enfatiza a necessidade de sua compreensão.

Ao que se depreende, obter-se-ia uma compreensão mais segura sobre os movimentos sociais urbanos, e mesmo sobre as ações coletivas em geral, se se levasse em consideração, tanto a nível empírico quanto teórico, os elementos acima referidos. A psicologia caberia preencher as partes de intersecção relativas à sua especificidade, sem, contudo, desprezar a possibilidade de inclusão dos pontos comuns aos diversos níveis de análise.

A busca de referencial teórico na psicologia a respeito do tema em discussão²⁵ permite constatar que, historicamente, este se situa também, conforme Milgran e Toch²⁶, no domínio da psicologia.

Assim, embora se admita e se requeira a inclusão do tema como objeto da psicologia^{8,24,27}, permanecem não resolvidas questões relacionadas tanto em nível teórico quanto empírico.

A análise do quadro teórico

O quadro teórico da psicologia sobre o comportamento coletivo é bastante amplo e foi quase que totalmente constituído como tentativa de explicar o surgimento dos grandes movimentos de massa²⁸, que se constituíram em importantes acontecimentos na história das nações. Tais tentativas, em geral, foram elaboradas independentemente de um contexto cumulativo de pesquisa empírica que pudesse gerar revisões, articulações conceituais e predições testáveis. Nesse sentido, o quadro teórico inicial é representado por um conjunto de teorias "acabadas" e dissociadas entre si²⁹.

Para uma análise que supere a constatação, de certa forma axiomática, da fragmentação do quadro teórico, dever-se-ia considerar alguns as-

pectos que possam orientar a escolha ou rejeição de uma teoria.

Assim, o quadro teórico poderia ser analisado levando-se em consideração dois critérios interdependentes: o da atualidade da teoria e o seu potencial de predições. O primeiro supõe uma aplicação da teoria na explicação dos fenômenos atuais. Dito de outra forma, tomando-se um fato social real (um movimento social), algumas teorias poderiam dispor de respostas, comparativamente mais instigantes do que outras, para questões cruciais na compreensão do fenômeno, como, por exemplo, sobre sua gênese e dispersão. O segundo aspecto pode também ser denominado *critérios de validação empírica*, ou seja, a teoria deveria prover predições testáveis sobre ações coletivas de maneira a referendar ou "calibrar" o uso de categorias analíticas e aumentar, conseqüentemente, a compreensão sobre o seu objeto de estudo.

Em resumo, propõe-se que a avaliação do quadro teórico seja feita através de critérios que apontem para a sua sustentação empírica e o seu potencial explicativo na análise das ações coletivas contemporâneas.

O critério de atualidade exigiria, portanto, das teorias psicológicas, um esquema conceitual que garantisse ou encaminhasse a explicações pertinentes sobre as características dos NMS. Essa exigência aponta para a necessidade de examinar algumas controvérsias epistemológicas do quadro teórico disponível na psicologia que ampliam ou restringem as possibilidades dos diferentes esquemas conceituais para lidar com as características mencionadas.

Teorias individualistas ou interacionistas?

As teorias individualísticas em psicologia social, conforme Turner e Oskes^{30,238}, "implicitamente reconhecem o indivíduo como a única realidade psicológica ou social". A realidade distintiva de grupos ou da sociedade é considerada como mera ficção ou falácia. Historicamente, essa posição deriva das premissas de Allport³¹, que supunha a possibilidade de se explicar adequadamente o comportamento social através de mecanismos intra-individuais. Essa psicologia toma as condições sociais como "dadas", da mesma maneira que entende as condições do ambiente físico, e, ao se deparar com processos históricos e econômicos; tende, de forma irresistível, a abstrair-los de qualquer suposição de variável relevante ou "campo de força" de possível causalidade ou, pelo menos, de conexão com os pro-

cessos psicológicos propriamente ditos. Nesse sentido, a explicação de alguns fenômenos sociais como a guerra, a luta pela propriedade, manifestações coletivas, é endereçada a construtos do tipo agressividade humana, impulsos interiores de posse, motivos gregários ou contágio, que ainda permanecem em voga.

Grande parte da produção teórica³² sobre comportamento coletivo ou movimentos sociais em psicologia, como, por exemplo, as teorias da alma da multidão³³, de contágio³⁴ de identificação ao líder³⁵, da frustração-agressão³⁶, da norma emergente³⁷, é de base individualista.

Já a psicologia social interacionista "trabalha", conforme Turner e Oakes³⁰, no sentido de integrar dois diferentes tipos de fenômenos: o psicológico, que se refere às chamadas propriedades mentais do indivíduo, e o social, que pode ser considerado como "processos, propriedades e produtos derivados das inter-relações entre os indivíduos"^{30,237}.

Na posição interacionista, qualquer investigação dos processos psicológicos que abstraia o contexto social restringe o alcance dos dados, podendo-se questionar a possibilidade de aquisição de conhecimentos sobre um objeto social através das observações realizadas apenas em condições não sociais.

Dado que a psicologia interacionista supõe uma interdependência entre processos psicológicos e sociais, onde, de acordo com Semin^{38,178}, "a sociedade não somente define mas cria a realidade psicológica", e onde grupo e sociedade não são vistos como a soma das tendências psicológicas e comportamentais de seus membros, mas se configuram como uma realidade concreta e historicamente construída, as ações coletivas poderiam ser analisadas em uma perspectiva psicológico-social.

A teoria da identidade social

O conceito de *identidade social* foi desenvolvido por Tajfel^{39,40,41}, Turner⁴² e Tajfel e Turner⁴³. O termo, conforme Tajfel^{41,63}, refere-se "àquela parte do autoconceito do indivíduo que se deriva do reconhecimento da filiação a um (ou vários) grupo social juntamente com o significado emocional e de valor ligado àquela filiação".

A hipótese básica subjacente à Teoria da Identidade Social (TIS) é a de que as pessoas procuram uma identidade positiva comparando favoravelmente o seu grupo com outros.

O autoconceito social³⁰ compõe-se de três ní-

veis de abstração: a autocategorização, que diferencia o ser humano de outras espécies; a categorização *ingroup/outgroup*, que se baseia na diferenciação entre grupos de pessoas, como, por exemplo, classes, raça, nacionalidade, ocupação, etc.; e autocategorização pessoal, que se fundamenta nas diferenciações entre a pessoa como um indivíduo único e outros membros do *ingroup*. Na perspectiva funcional, há um certo antagonismo entre os diferentes níveis de autocategorização em termos de sua saliência. Em outras palavras, situações especiais determinam auto-percepções que favorecem um ou outro nível de categorização.

A autocategorização forma-se através das similaridades intracategorias apropriadamente percebidas e das diferenças entre categorias, e podem acentuar tais similaridades e diferenças quando elas se tornam salientes⁴⁰. A categorização estimula um processo de comparação social auto-avaliativo, que produz uma influência sobre a auto-estima do indivíduo. As comparações do tipo auto-avaliativas tendem a se refletir em processos competitivos que motivam atitudes e ações discriminatórias em relação aos grupos externos. Os processos de comparação e de categorização se complementam onde a comparação aparece como condição necessária e a categorização como condição suficiente para diferenciação inter-grupal competitiva.

A identidade social pode ser qualificada como um campo socialmente estruturado na mente individual, tornando-se um elemento importante dos processos psicológicos. Nesse sentido, a TIS reconhece, em termos dos diferentes níveis de autopercepção, que os indivíduos são, subjetivamente e em comportamento, individuais e sociais.

A TIS pode ser compreendida como uma metateoria que se articula e se complementa com as teorias da influência social e da polarização de grupo³⁰.

Embora não se oponha aos estudos dos processos psicológicos básicos na perspectiva individualista, a TIS é de orientação antiindividualista e, fundamentalmente, interacionista.

Dentre algumas questões pertinentes ao estudo dos movimentos sociais, sobre as quais a TIS poderia contribuir para a sua explicação pode-se destacar:

1. Emergência da ação coletiva. A idéia de uma identificação social permite supor um processo de influência social no qual as ações coletivas emergem a partir da percepção, que os indivíduos desenvolvem, de pertinência a um gru-

po de pessoas que partilham de uma situação comum, derivada das relações deste com outros grupos percebidos como oponentes.

2. Motivação para participação. A filiação e participação em um movimento social podem ser tomadas como resultantes da autocategorização, através da percepção de similaridade de vida e/ou de idéias do indivíduos como integrantes de um movimento específico.

3. Coesão ou dispersão da ação coletiva. Quanto mais forte a hegemonia de uma identidade social positiva derivada da filiação a um movimento, maior coesão interna será obtida, expressada através de traços comportamentais comuns; em um sentido inverso, a fragilidade da identidade derivada do movimento e o fortalecimento de subgrupos no interior deste facilitarão o aparecimento de novas identidades derivando divisões e a desarticulação do movimento.

4. Dinâmica interna. A existência de subgrupos no interior de um movimento social e as relações estabelecidas definem sua dinâmica. As relações podem ser conflitivas se derivam das diferenças salientes entre os subgrupos, como, por exemplo, físicas (raciais), de poder (direção e controle) etc. Tais diferenças podem manter as fronteiras entre os grupos e fortalecer a percepção de que cada um possui objetivos diferenciados. Em outras palavras, os membros de um grupo se percebem como possuidores de objetivos idênticos ou similares entre si e diferentes ou opostos aos dos outros. As relações cooperativas tendem a ser mais frequentes quando as diferenças entre os membros dos subgrupos são minimizadas e suas semelhanças são destacadas.

Alguns dos principais pressupostos da teoria obtiveram validação de laboratório^{44,45}, mas sua aplicação aos estudos dos fenômenos sociais reais pode ser considerado ainda incipiente. Dentre algumas tentativas de utilização da teoria, pode-se destacar a pesquisa conduzida por Reicher⁴⁶, que analisa, sobre a perspectiva do modelo de identidade social de Tajfel e Turner, um conflito racial ocorrido em Bristol (Inglaterra). Para esse autor, o processo de comparação e a identificação esteve na base da ação grupal ou comunitária de hostilidade entre a população negra de St. Paul (bairro pobre de Bristol) e a polícia. Esse estudo exemplifica o valor potencial da teoria na análise das ações coletivas e apresenta considerações teóricas e empíricas relevantes para futuras análises.

Conclusão

As considerações formuladas neste trabalho não pretendem ter um caráter conclusivo; antes, representam tentativas preliminares que devem ser entendidas como um convite à discussão. A preocupação subjacente é com a lacuna que vai se formando na psicologia com relação ao estudo das ações coletivas e movimentos sociais. Observa-se, de qualquer forma, que, independentemente da ausência do tema "movimentos sociais" na literatura psicológica no país, estes fazem parte do cotidiano da maioria das nossas cidades e se colocam, como uma questão pendente a ser, agora, ou mais tarde, enfrentada pela psicologia. Pode-se dizer, considerando a situação brasileira a partir das últimas décadas, que há uma pressão histórica em direção a este e outros temas, cujo compromisso com a nossa própria realidade impede que sejam ignorados.

Ao se apresentar a TIS como um referencial analítico ao estudo dos NMS, pretende-se salientar o seu ajustamento ao critério de atualidade anteriormente defendido e o seu possível valor heurístico a ser confirmado pela pesquisa, pois é a compreensão dos MS e não a reificação de um esquema conceitual que deve orientar todo o processo de produção de conhecimento. □

Notas e referências

1. A. Melucci — The new social movements — a theoretical approach. *Social Science Information - Sur les Sciences Sociales*, 19(2): 199-226
2. M.G. Gohn — *A força da periferia: a luta das mulheres por creche em São Paulo*. Petrópolis, Vozes (1985)
3. E. Durham — Movimentos sociais. A construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 10: 34-30 (1984)
4. R.C. Cardoso — Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(1):27-37 (1987)
5. Um exemplo de análise nessa perspectiva funcionalista pode ser encontrado nos estudos de N.F. Santos (*Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar Editores (1981))
6. R.C. Cardoso — Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In R. Sorj e M.H.T. Almeida (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense (1983)
7. L. Kowarick — Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70. *Presença*, 2: 67-78 (1984)
8. A. Del Prette — *Movimentos sociais em uma perspectiva psicológica social: o movimento de luta contra o desemprego*. Projeto de qualificação submetido ao Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo (mimeo) (1986)
9. T. Evers — Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2(4): 11-23 (1984)

10. P.R. Jacobi e E. Nunes — Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, RJ, CEDEC/Paz e Terra, 2ª ed. (1985)
11. L. Kowarick — Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(1): 38-50 (1987)
12. E. Nunes — Cárências urbanas e reivindicações populares. *Ciências Sociais Hoje* (1986)
13. M.G. Gohn — *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo, Cortez (1982)
14. R.R. Boschi e L.P. Valladares — Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. *Espaço e Debates*, São Paulo, Cortez, 8: 67-77 (1983)
15. P.R. Jacobi — Movimentos sociais urbanos no Brasil. In E.D. Cerqueira et al. (orgs.) *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Cortez, ANPOCS (1986)
16. P. Singer — Movimentos de bairro em São Paulo. In P. Singer e V.C. Brant, *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes CEBRAP (1983)
17. I. Scherer-Warren — O caráter dos novos movimentos sociais. In I. Scherer-Warren e P.J. Kruschke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo, Brasiliense (1987)
18. V.S. Telles — Movimentos sociais — reflexões sobre a experiência dos anos 70. In I. Scherer-Warren e P.M. Kruschke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo, Brasiliense (1987)
19. E. Viola e S. Mainwaring — Novos movimentos sociais: cultura, política e democracia: Brasil e Argentina. In I. Scherer-Warren e P.J. Kruschke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?* São Paulo, Brasiliense (1987)
20. A.M. Doimo, J.R. Duxsey e R.A. Beling Neto — Os novos movimentos sociais — teoria e prática. *Ciências Sociais Hoje*, p. 8-35 (1986)
21. P. Jacobi — Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle versus cooptação e clientelismo. In R.R. Boschi (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar (1983)
22. E. Sader — *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (1988)
23. A. Del Prette — Do estudo de grupo aos estudos dos movimentos sociais: a contribuição possível da psicologia (mimeo) (1989)
24. S. Sandoval — *Aspectos psicossociais na análise dos movimentos sociais*. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho sobre Psicologia dos Movimentos Sociais durante o II Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico. ANPEPP, RS (mimeo) (1989)
25. A. Del Prette — *Ação coletiva e movimentos sociais: a importância da análise psicossocial*. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho sobre Psicologia dos Movimentos Sociais durante o II Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico. ANPEPP, RS (mimeo) (1989)
26. S. Milgran e H. Toch — Collective behavior: crowds and social movements. In G. Lindzey e E. Aronson (orgs.), *Handbook of social psychology*. Cambridge, Addison-Wesley Publishing (1969)
27. L. Camino — Análise psicossocial dos movimentos sociais: uma perspectiva marxista. In A.D. Schliemann e J.R.R. Falcão (orgs.), *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. ANPEPP e Mesurado em Psicologia da UFPE (1988)
28. L. Camino — Os movimentos sociais: sua constituição como objeto de estudo na psicologia. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho sobre Psicologia dos Move-

- mentos Sociais durante o II Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico. ANPEPP, RS (1989)
29. A. Del Prette — Pesquisa em movimentos sociais: reflexões sobre uma experiência. *Psicologia e Sociedade*, 6: 101-107
 30. J.C. Turner e J.P. Oakes — The significance of the social identity concept for social psychology with reference to individualism, interactionism and social influence. *Brit. J. of Social Psychology*, 25: 237-252 (1986)
 31. F.A. Allport — *Social psychology*. Boston, Houghton Mifflin (1924)
 32. Para uma maior familiaridade com as principais teorias sobre o comportamento coletivo, o leitor poderá recorrer às revisões empreendidas por Milgran e Toch (ver nota 26) e R.R. Evans (org.) — *Readings in collective behavior*, Rand McNally College Publishing, Chicago, 2ª ed. (1975)
 33. G. Le Bon — *The crowd*. Viking, Nova York (1960); *Psicologia de las masas*. Ediciones Morata, Madri (1986). Algumas obras de Bon têm sido republicadas, o que atesta o interesse pelo tema. A Presses Universitaires de France reeditou *Psychologie des foules* em 1981. Esse título pode ser encontrado em língua espanhola também, com a denominação de *Psicologia de las masas*; edições de 1983 e 1986
 34. W. MacDouglas — *Social psychology*. John W. Luce e Morris Boston Desmond (1920)
 35. S. Freud — Psychologie collective et analyse du moi. In S. Freud, *Essais de psychanalyse*. Payot, Paris (1976)
 36. J. Dollard, L.W. Doob, N.E. Miller, O.H. Mowrer e R.R. Sears — *Frustration and aggression*. Yale University Press, New Haven (1939)
 37. R.A. Turner e L. Killian — *Collective behavior*. Prentice Hall, Englewood Cliffs, N.J. (1972)
 38. G.R. Semin — The individual, the social, and the social individual. *Brit. J. of Social Psychology*, 25: 177-180 (1986)
 39. H. Tajfel — Experiments in vacuum. In J. Israel e H. Tajfel (orgs.), *The context of social psychology — a critical assessment*. Academic Press, Nova York (1972)
 40. H. Tajfel — *Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations*. Academic Press, Londres (1978)
 41. J. Tajfel — *Human groups and social categories*. Cambridge University Press, Cambridge (1981)
 42. J.C. Turner — The experimental social psychology of intergroup behavior. In J.C. Turner e H. Giles (orgs.), *Intergroup behavior*. The University of Chicago Press, Chicago (1981)
 43. H. Tajfel e J.C. Turner — The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worsel e W.G. Austin (orgs.), *Psychology of intergroup relations*. Nelson-Hall, Chicago (1985)
 44. H. Tajfel, M.G. Billig, R.P. Bundy e C. Flament — Social categorization and intergroup behavior. *European J. of Social Psychology*, 1(2): 149-176 (1971)
 45. H. Tajfel e M.G. Billig — Familiarity and categorization in intergroup behavior. *J. of Experimental Social Psychology*, 10: 159-170 (1974)
 46. S.D. Reicher — The St. Pauls' riot: an explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model. *European J. of Social Psychology*, 14: 1-21 (1984)

Artigo recebido em 03/jan/90
 Aceito para publicação em 13/ago/90

Autor. *Almir Del Prette* — professor assistente do Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.

Fatores determinantes do tamanho da área de vida em mamíferos

Helena de Godoy Bergallo

Departamento de Zoologia, Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Abstract. *Determining factors of the home range size in mammals.* The concepts of home range in mammals, its functions and the factors influencing home range size are reviewed. Body weight is the major factor influencing the home range size. However, other factors such as metabolic needs, trophic level, social structure, population density and habitat productivity seem to play a role. The relation between body weight and home range for some Brazilian mammals is analysed for the first time, supporting the suggested relation between body weight and home range size. **Key-words:** Home range; mammals; body weight; trophic level.

Resumo. É feita uma revisão sobre o conceito da área de vida, em mamíferos, suas funções e os fatores que influenciam o tamanho da área de vida. O peso do corpo é o fator mais importante na determinação da área de vida. No entanto, outros fatores, como necessidades metabólicas, categoria trófica, estrutura social, densidade populacional e produtividade do habitat também influenciam. A relação entre massa corporal e área de vida para algumas espécies brasileiras é analisada pela primeira vez, apoiando a sugestão de relação entre peso de corpo e tamanho da área de vida. **Palavras-chave:** Área de vida; mamíferos; peso do corpo; categoria trópica.

Alguns mamíferos empreendem movimentos sazonais em grande escala, entre locais de alimentação e acasalamento, ou entre diferentes locais de alimentação. Contudo, a maioria passa a maior parte do tempo da sua atividade diária dentro de uma área definida, a cuja topografia estão familiarizados e dentro da qual podem se locomover com velocidade e segurança. Esta área é designada como "área de vida"¹.

As idéias iniciais sobre área de vida surgiram no estudo de Seton², onde afirma que "nenhum animal vagueia ao acaso por uma região, cada um tem uma região de vida, mesmo que não tenha um lar". Contudo, foi Burt³ quem conceituou pela primeira vez o termo *área de vida*, pa-

ra os mamíferos, como "a área atravessada por um indivíduo em suas atividades normais em busca de alimento, acasalamento e cuidado com os jovens".

A importância de possuir uma área de vida é evidente. Para animais solitários ou para membros de um grupo, o espaço ou os elementos do ambiente compreendidos no interior da área de vida rapidamente tornam-se familiares, favorecendo o encontro de alimento e abrigo com menor gasto de energia. Permite, ainda, evitar ou escapar de predadores de modo mais eficiente. Isto resulta em um aumento do seu sucesso reprodutivo, que pode também aumentar pelo conhecimento dos animais que habitam áreas de